

Edição impressa

Capa

Editorial

Conexão

Mercado

Entrevista

IT Business

Opinião

Tecnologia

Redução de custos

Gente

Negócios

Expediente

capa

### Apartheid digital

*O Brasil tem 150 milhões de excluídos da sociedade de informação. E só 8,46% dos domicílios estão conectados à Internet*

**Por Gilda Furiati**

O mapa da exclusão digital no Brasil cresce em números alarmantes e já alcança 150 milhões de brasileiros, hoje à margem dos benefícios da sociedade da informação. Apurada em março de 2003, a triste estatística foi medida pelo relógio da inclusão digital – criado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre os dados da última Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE – e revela que no biênio 2001/2002 somente 8,46% dos domicílios brasileiros estavam conectados à Internet.

Apesar da gravidade da situação, só agora os Ministérios do Planejamento e das Comunicações e a Anatel estão se mobilizando em torno de medidas conjuntas que permitam diminuir esta exclusão. Depois de uma operação engenhosa trabalhada em conjunto com o Ministério das Comunicações e o Tribunal de Contas da União (TCU), a Anatel anunciou a criação do Serviço de Comunicações Digitais, que permitirá a utilização da verba contingenciada do Fust – um volume que chega até o final do ano a R\$ 2,78 bilhões.

O resultado foi um avanço no conceito de universalização dos serviços de telecomunicações para além da voz comutada, com a criação de concessões para prestar serviços em banda larga. Além disso, as novas prestadoras também poderão se utilizar de diferentes meios, como a rede telefônica e de TV a cabo, e de tecnologias inovadoras, como voz sobre IP. A prioridade é atender à demanda de 180 mil escolas públicas, que serão equipadas com computadores e acesso à Internet.

"O objetivo da nova concessão é incentivar uma grande coordenação de políticas nesta área", adiantou o assessor do Minicom, Márcio Wholers, durante o 47º Painel da Telebrasil, que ocorreu em Brasília, no fim de novembro. Para justificar a urgência de uma política governamental, Wholers lembrou que o Brasil ficou em 65o lugar no ranking da inclusão digital da UIT de 2002.

**POLÊMICA NO SCD** – Mas, embora a Anatel tenha colocado o novo serviço em consulta pública (até o dia 12 de janeiro), há diversos questionamentos contra a sua formulação, o que ficou claro com os vetos de dois conselheiros da agência, Luiz Schymura e José Leite, que criticaram a utilização dos dois regimes (público e privado). Também há dúvidas no mercado sobre quem vai pagar a conta da universalização em banda larga. Na defesa do novo serviço, Wholers sustenta a utilização dos recursos do Fust "num primeiro momento em parcela não recuperável, ficando sustentável a longo prazo".

Para o presidente do Grupo Telefônica no Brasil, Fernando Xavier Ferreira, o SCD poderá vir a ser um bom instrumento para alavancar a inclusão digital, "desde que as características do serviço sejam adequadamente regulamentadas, resguardando o investimento e evitando aspectos como padronização exagerada da tecnologia a ser utilizada ou o estabelecimento de regras que impliquem em restrições a outros serviços já existentes".

Os técnicos do governo que trabalham na formulação de uma política pública de inclusão digital e elaboram metas até 2006 consideram o Fust estratégico para viabilizar a manutenção de seis mil telecentros comunitários nos quatro anos do governo Lula. O objetivo é aglutinar ações ainda esparsas, como os telecentros das prefeituras e do programa Fome Zero, os pontos de atendimento do GSAC (Governo Eletrônico, Serviço de Atendimento ao Cidadão) e dos Correios e os programas que serão implantados pelo Fust.

Segundo o secretário adjunto de logística e tecnologia da informação do Ministério do Planejamento, Rodrigo Ortiz Assumpção, além do Fust, o governo pretende lançar mão de outros fundos de incentivo à modernização e do BNDES. A proposta é trabalhar em parcerias com os governos estaduais e municipais, organizações não governamentais, a iniciativa privada e as comunidades locais.

edição de dezembro



edições da RNT

edições:



**PIONEIRISMO** – Assumpção, que coordena a Câmara de Inclusão Digital do Governo Eletrônico, explica que os telecentros tiveram origem no final dos anos 90, num projeto modelo (com acesso à Internet) nas escolas de Santo André, em São Paulo. Com o sucesso, foram institucionalizados no Sampa.org e hoje são 82 no total incorporados à prefeitura de São Paulo. "As prefeituras (SP, Recife e BH) foram as pioneiras na inclusão digital, seguidas de projetos na esfera federal, como a RedeJovem (Socinfo) e os telecentros de informação e negócios do Ministério do Desenvolvimento – este em parceria com o Sebrae."

De acordo com Nelson Felipe da Silva, da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, o objetivo do programa dos telecentros é conseguir incluir 3,5 milhões de pequenas e médias empresas que possuem micros mas ainda não acessam a Internet. Cada telecentro é composto por 11 computadores (sendo um servidor) conectados em rede com acesso à Internet, uma impressora e um scanner. As pessoas têm acesso a treinamento e capacitação, consultoria, comércio eletrônico, busca de informações na Web e serviços públicos e privados em meio eletrônico. Com a aprovação do novo serviço, também se espera uma disputa pelos recursos do Fust.

Governadores e deputados vêm defendendo o uso das verbas do Fust para segurança e em aplicações de telemedicina e teleducação. Embora o governo conte com os recursos dos fundos setoriais e das comunicações para alcançar metas de superávit primário, os parlamentares da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados defendem o descontingenciamento dos recursos do Fust.

Consultores e técnicos do governo concordam que a divisão digital está estreitamente relacionada com as desigualdades sociais e propõem diferentes soluções para o problema. Para o consultor da Telemar Mário Ripper, a renda é o que mantém crescente o gap nas populações carentes e, junto com o crescimento econômico, é o grande desafio do País para permitir o acesso de novos segmentos da população às tecnologias da informação.

Schymura, que também aponta a renda do brasileiro como o fator principal de impedimento à inclusão digital, acha que a solução passa pelo acesso coletivo (telecentros, quiosques, terminais públicos). "O custo para implantação do acesso individual à Internet no País com as características de renda como a brasileira é muito alto", diz.

**MÃO DO GOVERNO** – O chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Neri, acredita numa política pública séria. O especialista acha que as políticas governamentais para inclusão digital passam obrigatoriamente pelo foco regional e pelo investimento nas escolas para que os alunos possam ter acesso desde cedo às novas tecnologias. "O binômio pobreza/exclusão é especialmente cruel com crianças e os jovens abaixo dos 17 anos – faixa que representa 46,2% das pessoas totalmente excluídas socialmente – e se revela mais dramático nas regiões fora dos grandes centros urbanos", afirma.

Para Xavier, da Telefônica, o governo tem feito a sua parte no que se refere à disponibilização de conteúdos, principalmente em relação ao e-gov, mas ainda falta oferecer acesso. Os projetos para levar internet para áreas carentes do País têm partido de ONGs e da iniciativa privada, como é o caso da Telefônica, que colocou banda larga em mais de 700 escolas públicas de São Paulo, patrocinou a instalação de 20 Telecentros e mantém uma parceria com o Comitê pela Democratização da Informática (CDI). "Nesta seara, as iniciativas do governo têm sido tímidas. Os recursos do Fust são relevantes, estão disponíveis já há algum tempo e precisam ser aplicados na inclusão digital."

**Envie seus comentários para nossa redação!**



### **outras notícias da seção**

- ▶ Inclusão é bom negócio
- ▶ Novas e velhas exclusões

